



FNDCT

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - CT-PETRO
ATA DA 57ª REUNIÃO DE 2024

Endereço presencial: Finep, Praia do Flamengo, nº 200, 13º Andar, Sala de Reunião - Rio de Janeiro

Endereço virtual:

https://teams.microsoft.com/l/launcher/launcher.html?url=%2F%23%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting_ZTzmnDZmZMtZGUyMi00Yzg3LW15ZTMtODRjYmQ2ZTY4MTYw%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257b%2522Tid%2522%253a%2522bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%2522%252c%25220id%2522%253a%2522cd12fb4f-c86c-4bb2-b5ba-d417bdfcb9f4%2522%257d%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=26709862-ea18-489a-bf3d-e7b39d06350c&directDl=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true&suppressPrompt=true

28 de novembro de 2024

Membros presentes:

1. **LUIZ MANUEL REBELO FERNANDES**, representante do MCTI, que o presidirá;
2. **LAÍS FORTI THOMAZ**, representante do MME; (remotamente)
3. **DANIEL MAIA VIEIRA**, representante da ANP; (remotamente)
4. **ELIAS RAMOS**, representante da Finep;
5. **FLÁVIO DE QUEIROZ COSTA**, representante do CNPq; (remotamente)

Representantes do setor de petróleo e gás:

6. **LILIAN MELO BARRETO**, representante da Petrobrás;
7. **RAIMAR VAN DEN BYLAARDT**, representante da CNI;

Representantes do segmento acadêmico-científico:

8. **JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE**, representante da ABC; e
9. **EDSON HIROKAZU WATANABE**, representante da SBPC.

Demais participantes:

1. Andrea Totis – Financiadora de Estudos e Projetos – Finep;
2. Newton Hamatsu – Financiadora de Estudos e Projetos – Finep;
3. Lilian Rose Peters – CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
4. Marcia Godoi - CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
5. Tatiana Maranhão - CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
6. Edilson Pedro - CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
7. Jair Rocha Alves - CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
8. Geisiane Nóbrega – CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
9. Pedro Ferreira - CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
10. Silvia de Cássia Silva - CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente).

Pauta:

1. Balanço das ações do FNDCT 2023-2024 com recursos do Fundo Setorial, por projeto e por Programa (Finep);
2. Projetos apoiados com recursos do FNDCT para a área de atuação do Fundo Setorial (Finep e CNPq);
3. Encaminhamento dado às sugestões para os Programas/Linhas de atuação do FNDCT (Finep e CNPq);
4. Sugestões iniciais para revisão dos Programas do PAI; e
5. Informações sobre o PLOA 2025.

O Sr. Luis Fernandes iniciou a reunião fazendo um breve resumo da situação atual do FNDCT. Informou que desde 2023, o governo cumpriu o compromisso de recompor integralmente o orçamento do FNDCT, consolidado em abril daquele ano, e reorganizou os investimentos por meio de 10 programas estratégicos, marcando uma ruptura com a pulverização anterior que comprometia a eficiência e o impacto dos recursos. Defendeu que assegurar a vigência da Lei Complementar nº 177, de 2021, que proíbe contingenciamentos e limitações ao Fundo, era a melhor maneira de preservar o FNDCT. Apesar do otimismo, ressaltou a necessidade de ajustar as projeções de arrecadação para 2025, inicialmente superestimadas com previsão de aumento de 62%, mas que não refletem a realidade observada, especialmente devido às variações na arrecadação de fontes como petróleo. Colocou que essa revisão é essencial para evitar frustrações e alinhar as expectativas com a execução financeira realista. Informou que a arrecadação atual já superou o previsto para 2024, mas a projeção para 2025 precisará ser recalculada considerando fatores como a renovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Disse ainda que, em 2023, o Plano Anual de Investimentos – PAI priorizou chamadas públicas, que garantiram maior eficiência e foco estratégico, enquanto projetos alinhados aos 10 programas foram financiados com os recursos disponíveis. Esse modelo permitiu uma execução integral do orçamento, o que foi essencial para proteger o FNDCT contra novas pressões de contingenciamento. Apresentou na sequência, o cronograma de reuniões do FNDCT para o planejamento de 2025 organizado em etapas estratégicas para garantir uma alocação eficiente dos recursos. Até fevereiro de 2025, os comitês gestores dos fundos setoriais realizarão reuniões para apresentar o balanço da execução orçamentária de 2023 e 2024, e revisar as demandas apresentadas, qualificando prioridades. Afirmou que a expectativa é a de que o PAI 2025 seja aprovado na reunião do Conselho Diretor, em 2 de abril de 2025, com base nos valores consolidados da LOA e das projeções ajustadas, contemplando recursos reembolsáveis e não reembolsáveis. Finalizou informando que esse processo garante decisões fundamentadas e alinhadas aos objetivos estratégicos do FNDCT.

1. Balanço das ações do FNDCT 2023-2024 com recursos do Fundo Setorial, por projeto e por Programa (Finep);

A Sra. Andrea Totis apresentou a execução orçamentária do CT-Petro explicando que a projeção de arrecadação na LOA de 2024 era inicialmente de R\$ 1,253 bilhão, mas que após revisão ela foi reduzida para R\$ 666 milhões, representando uma frustração de cerca de 50%. Informou que essa discrepância ocorreu devido a projeções superestimadas, que provavelmente consideraram um preço mais elevado do barril, aliado à limitação na base de contratos que transferem recursos ao fundo. Explicou que a arrecadação dos royalties do petróleo para o FNDCT enfrenta desafios significativos, especialmente devido à dependência de contratos firmados antes de 2013 e à volatilidade do preço do barril de petróleo. Além disso, ressaltou que dos recursos arrecadados, 30% são retidos pela Desvinculação de Receitas da União (DRU) e 20% são destinados ao CT-Infra, o que reduz ainda mais o montante disponível para o fundo. Informou que orçamento inicial disponibilizado para o CT-Petro, estimado em R\$ 77 milhões, foi reajustado para R\$ 42,9 milhões, com a diferença sendo redirecionada para subvenções, após a identificação de frustrações na execução de projetos e variações nos cronogramas. Comentou que essa redistribuição dos recursos era uma estratégia necessária para compensar essas lacunas e garantir a continuidade dos programas prioritários. Além disso, explicou que os royalties possuem "carimbos" específicos para diferentes finalidades, o que limita a flexibilidade de remanejamento entre as áreas. Concluiu afirmando que essa situação evidencia a importância de projeções orçamentárias mais realistas e uma gestão adaptativa, que permita enfrentar incertezas e otimizar a aplicação dos recursos arrecadados, assegurando a execução financeira e o cumprimento das metas estratégicas do fundo.

2. Projetos apoiados com recursos do FNDCT para a área de atuação do Fundo Setorial (Finep e CNPq);

O Sr. Elias Ramos fez uma breve introdução a respeito dos projetos explicando que o CT-Petro aplica seus recursos de forma ampla, indo além dos R\$ 42 milhões alocados diretamente em sua rubrica orçamentária. Informou que esses recursos são utilizados em subvenções econômicas, empréstimos e ações transversais, alinhando-se à missão estratégica do fundo. Destacou que os projetos apoiados, que têm forte correlação com seus objetivos, incluindo as chamadas de 2022 ainda em execução, são voltadas à monetização do gás natural e à produção offshore, além de iniciativas lançadas no final de 2023, focadas na transição energética, refletindo a adaptação do setor de petróleo para um papel mais integrado na matriz energética. Afirmou que essas ações reforçam o compromisso do CT-Petro com inovação e sustentabilidade no setor de energia.

O Sr. Newton Hamatsu apresentou um balanço dos projetos e informou que o setor de petróleo, gás e energia tem se aproximado cada vez mais da matriz energética, e que os recursos do fundo têm sido utilizados de forma diversificada para fomentar essa evolução. Destacou que, apesar do orçamento direto do CT-Petro estar em torno de R\$ 42 milhões, os recursos totais arrecadados pelo setor de petróleo e de transição energética para o FNDCT somaram cerca de R\$ 3 bilhões nos últimos dois anos. Explicou que esses recursos foram aplicados em 120 projetos diretamente vinculados à missão do CT-Petro em 2023 e 2024, abrangendo subvenções econômicas, investimentos em startups, créditos para empresas de diferentes portes e ações transversais, totalizando cerca de R\$ 1,84 bilhão. Informou que os projetos apoiados têm abordado temas como biogás, etanol, biodiesel, captura de carbono, petróleo e gás, hidrogênio verde e combustíveis sustentáveis, além de tecnologias relacionadas à transição energética, como armazenamento, transmissão e distribuição de energia, e cadeias de energia solar e eólica. Exemplos incluem o desenvolvimento de eletrolisadores nacionais para produção de hidrogênio, cilindros de fibra de carbono para transporte e armazenamento de biometano e hidrogênio, e tecnologias inovadoras como sementes para plantio mecanizado de cana-de-açúcar, que aumentam a produtividade e reduzem custos. Comentou que a Finep, em conjunto com parceiros nacionais e internacionais, também tem fomentado iniciativas de bioenergia, mineração urbana e valorização de resíduos, com resultados promissores. Destacou que a chamada mais recente cujo foco recaiu em combustíveis sustentáveis para aviação e transporte marítimo mobilizou 87 planos de negócios e despertou interesse de mais de 110 empresas ressaltando que esse esforço demonstra o compromisso do CT-Petro em liderar a transição energética, fortalecendo o setor de energia renovável e tecnologias emergentes, garantindo investimentos estratégicos e alinhados às necessidades nacionais e globais.

O Sr. Daniel Vieira colocou que o setor de energia está em plena transição, impulsionado pela Lei do Combustível do Futuro, que estabelece mandatos para combustíveis avançados como diesel verde, biogás e SAF (combustíveis sustentáveis para aviação). Embora ainda sem produção nacional de diesel verde, ressaltou que investimentos estão em andamento, e a regulamentação será conduzida pela ANP e pelo Ministério de Minas e Energia. Destacou que o desafio crucial é desenvolver métodos acessíveis para diferenciar o diesel verde do fóssil e padronizar a qualidade do biogás, dada sua variabilidade. Informou que esses avanços exigem fortalecimento de redes laboratoriais, ICTs e pesquisa tecnológica, fundamentais para especificar e fiscalizar novos combustíveis. Reforçou que projetos apresentados estão alinhados às políticas públicas, destacando o compromisso com a inovação e a transição energética no Brasil e disse que o foco é garantir infraestrutura e conhecimento científico para viabilizar esses combustíveis sustentáveis e atender às demandas do setor energético.

A Sra. Lais Thomaz afirmou que o MME apoia a fala do diretor Daniel sobre o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC).

O Sr. Flavio Costa apresentou o balanço de projetos do CNPq destacando que os projetos apoiados pela agência com recursos do CT-Petro entre 2020 e 2024 foram direcionados para a inovação industrial e a transição energética, destacando-se quatro chamadas públicas estratégicas. A primeira, Chamada 18/2022, com R\$ 30 milhões do CT-Petro e R\$ 33 milhões de outros fundos, apoiou 66 projetos com foco em combustíveis sustentáveis (como biometano, hidrogênio verde e SAF). A segunda, Chamada 16/2022, destinou R\$ 10 milhões para projetos de prospecção e exploração de recursos minerais, formação de recursos humanos e desenvolvimento de tecnologias para armazenamento de CO₂. Outros dois editais trataram de questões ambientais, um focou no combate à poluição por plásticos e subprodutos em ambientes marinhos, com R\$ 15 milhões aplicados em 15 projetos e uma demanda qualificada ainda elevada. O outro abordou a resposta a derramamentos de óleo na costa brasileira, com investimento inicial de R\$ 6,2 milhões suplementado por parcerias. Informou que todas as ações seguiram chamadas públicas e abordaram temas alinhados às prioridades de petróleo, energia e biocombustíveis, evidenciando o compromisso com a inovação e sustentabilidade no setor energético. Por fim, ressaltou que apesar do sucesso, ainda há demandas qualificadas pendentes devido à limitação de recursos.

O Sr. Luis Fernandes destacou a relevância do edital para apoiar ICTs, lançado em outubro, representando a retomada do programa iniciado em 2008, com um orçamento ampliado de R\$ 1,56 bilhão, fruto de parcerias entre FNDCT, CNPq, Capes, Ministério da Saúde e fundações estaduais de amparo à pesquisa - FAPs. Destacou a transição para uma matriz energética sustentável, alinhada à missão do CT-Petro, além de áreas como inteligência artificial, pesquisas oceânicas e instrumentação avançada, entre os 20 temas prioritários levantados.

3. Encaminhamento dado às sugestões para os Programas/Linhas de atuação do FNDCT (Finep e CNPq);

O Sr. Edson Watanabe destacou dois pontos cruciais para fortalecer a eficácia dos projetos apoiados pelo CT-Petro e outros fundos setoriais. Primeiro destacou a manutenção das instalações e dos laboratórios após o término dos projetos ressaltando que a falta de recursos para manutenção adequada compromete tanto a infraestrutura física quanto a continuidade de linhas de pesquisa, como exemplificado por laboratórios em condições precárias. Colocou a necessidade de um planejamento para que a sustentabilidade desses espaços seja garantida, mesmo que atualmente as regras de aplicação do FNDCT limitem o uso de recursos para esse fim. O segundo ponto destacado foi a formação e manutenção de profissionais e de grupos de pesquisa argumentando que há uma lacuna na continuidade do apoio a recursos humanos essenciais para operar, desenvolver e expandir os projetos e laboratórios existentes. Reforçou que a busca por soluções que contemplam planejamento de longo prazo é indispensável para assegurar a eficácia e a perenidade das iniciativas, exigindo esforços coordenados entre instituições e gestores de políticas públicas.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que a questão da manutenção de laboratórios e instalações, especialmente após o término dos projetos, foi identificada como um problema sistêmico que demanda soluções integradas. Afirmou que, embora o FNDCT não possa resolvê-lo diretamente, é essencial reconhecer que se trata de um desafio estrutural do sistema de ciência e tecnologia no Brasil uma vez que a manutenção depende, em última instância, dos recursos orçamentários das instituições públicas que abrigam os laboratórios e equipamentos. Colocou que uma possível abordagem seria o desenvolvimento de parcerias estratégicas entre as ICTs e diferentes áreas de governo, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), para criar uma solução coordenada. Esclareceu que essas parcerias poderiam integrar ações de financiamento contínuo, gestão eficiente de recursos e definição de responsabilidades compartilhadas para garantir que os investimentos realizados permanecem sustentáveis e produtivos a longo prazo. Afirmou que a crítica situação atual exige medidas planejadas e colaborativas, envolvendo não apenas as instituições científicas, mas também os gestores públicos responsáveis pela manutenção e suporte às ICTs.

4. Sugestões iniciais para revisão dos Programas do PAI

O Sr. Luis Fernandes agradeceu as primeiras sugestões colocadas pelos membros e registrou que na próxima reunião do CT-Petro, o debate acerca das sugestões seria tratado diretamente.

O Sr. Elias Ramos ficou incumbido de se reunir com os membros para sanar dúvidas quanto à questão de biocombustíveis de modo a buscar sugestões concretas para a temática junto aos demais membros do CT-Petro.

5. Informações sobre o PLOA 2025

O Sr. Luis Fernandes informou que o PLOA 2025 do FNDCT foi elaborado a partir de projeções consideradas superestimadas, indicando uma arrecadação superior à que vem sendo efetivamente observada ao longo de 2024. Informou que por conta da necessidade de reavaliação dessa projeção em bases realistas, seria prudente não apresentar os números atuais, mas sim fazê-lo após as definições finais do PLOA 2025, que devem ser anunciadas até o início de 2025, para que seja possível uma deliberação em função de dados mais concretos.

Agradeceu a participação e colaboração de todos e finalizou a reunião.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural - CT-Petro



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo**, em 04/02/2025, às 19:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12560916** e o código CRC **DA650750**.

Referência: Processo nº 01245.001193/2024-91

SEI nº 12560916